BIANCA CESÁRIO DE OLIVEIRA

O Parto Anônimo e seu Impacto no Direito Penal

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Janaína Conceição Paschoal

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2018

BIANCA CESÁRIO DE OLIVEIRA

O Parto Anônimo e seu Impacto no Direito Penal

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre na área de concentração Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia, sob a orientação da Professora Dra. Janaína Conceição Paschoal.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2018

Oliveira, Bianca Cesário de

O parto anônimo e seu impacto no direito penal / Bianca Cesário de Oliveira: orientadora Janaína Conceição Paschoal -- São Paulo, 2018.

p. **147**

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2018.

1. Parto anônimo. 2. Parto confidencial. 3. A moderna roda dos enjeitados. 4. Entrega da criança em adoção anonimamente. 5. Direito à vida X Direito em conhecer sua ascendência. 6. Aborto, infanticídio e exposição ou abandono de recém-nascido. I. Paschoal, Janaína Conceição, orientadora. II. Título.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Dissertação intitulada O PARTO ANÔNIMO E SEU IMPACTO NO DIREITO PENAL,
de autoria de BIANCA CESÁRIO DE OLIVEIRA, analisada pela banca examinadora
constituída pelos seguintes professores:

São Paulo,

(...)

*Vai filho que te deram seus cantos
Por estes prantos que os meus olhos tem
E se em mim perder maternal ternura
A Virgem pura que seja sua Mãe*

*Teu pai rogado por inglória surda
Que vida orrenda viverá também
Sem o destino nosso, não puder saber
Se foi morrer, meu filho e tua Mãe*

*Seu morrer de deixarei somente
Hum beijo ardente de derradeiro adeus
São os tezouros que eu para ti contendo
Nada mais tenho que oferecer-te os Céus
Fim*

*Pelas chagas de Cristo
Lhe peço guardarem este papel
Junto com meu filho que eu se deus
Me der vida e saúde daqui alguns mezes darei
O que eu puder para encontrar meu filho peço não o darem sem
que levem uma carta igual a esta e o retrato também*

Se morrermos sem nos vermos mais de Deus nos junte nos Céus

Adeus Meu Filho pede a Deus por mim Adeus.

Carta - Dor de Mãe

Datada de 21 de maio de 1922¹

¹ Carta – Dor de Mãe. Esta carta consta no livro de Registro dos Expostos, possivelmente escrito por uma mãe ao deixar seu filho na Roda. Datada de 21 de maio de 1922. Tradução: Maria Nazarete de Barros Andrade – Coordenadora do Museu e Capela da Santa Casa de Misericórdia de SP. Disponível em:

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, nosso Senhor, e às forças invisíveis do Universo por me guiarem e auxiliarem na conquista desta glória;

Aos meus amados pais, Francisco Chagas de Oliveira (*in memoriam*) e Geni Cesário de Oliveira, que tudo fizeram por mim, se sacrificaram desde sempre e, mesmo nas situações que passamos de grande dificuldade, sofrimento e pobreza, nunca deixaram de me incentivar a ter sonhos e a correr atrás deles. Depois de tudo que passamos, lamento por meu pai não poder participar deste momento de vitória;

À minha irmã, Bibiana Cesário de Oliveira Moreno, companheira de luta, que sempre esteve ao meu lado, tanto nas alegrias, como nos momentos de mais absoluta tristeza, segurando na minha mão, comigo sorrindo e chorando;

À querida Prof^a. Dr^a. Janaína Conceição Paschoal, por ter se dedicado a mim com todo amor que coloca em seu ofício e, mesmo quando fraquejei, me incentivou, me motivou e acreditou na minha vitória;

A todos os meus amigos de coração, que me amam e acreditam mais em mim do que eu mesma, que jamais permitiram a hipótese de eu desistir de caminhar com dignidade, principalmente nos momentos em que encontrei cascalhos e pedras duras no caminho.

Ao meu amado filho Luiz Paulo Cesário Faiad, colocado por Deus no meu destino, luz do meu viver e inspiração dos meus dias, que aqueceu e amoleceu meu coração e me trouxe um olhar sensível e carinhoso às mãezinhas que se encontram em situação de desesperança e desespero.

RESUMO

OLIVEIRA, Bianca Cesário de. *O parto anônimo e seu impacto no direito penal*. 2018. 147f. Mestrado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

O instituto do Parto Anônimo é uma alternativa oferecida pelo Estado às mulheres que não desejam maternar e, também, não querem adotar a prática do abortamento voluntário. É a possibilidade de entrega do bebê para adoção sem que a identidade da genitora seja revelada, guardando seu anonimato. Alguns países já adotam o programa do Parto Anônimo, como Áustria, Bélgica, alguns Estados dos Estados Unidos, França, Itália, Luxemburgo e Japão. Na Alemanha, a entrega é de modo confidencial. O objetivo desta dissertação é centralizar o estudo na legislação nacional e estrangeira, especificamente França e Alemanha, para oferecer às gestantes brasileiras uma nova opção para evitar a prática do abortamento provocado, abandono selvagem e infanticídio. Conclui-se que com eventual implantação do Parto Anônimo, muitas mulheres em situação de desesperança, poderão procurar assistência especializada que as direcionem para uma decisão consciente, tanto pela entrega da criança, como por exercer sua maternidade, preservando físico e emocionalmente mãe e filho.

Palavras-chave: Parto anônimo. Parto confidencial. A moderna roda dos enjeitados. Entrega da criança em adoção anonimamente. Direito à vida X Direito em conhecer sua ascendência. Aborto, infanticídio e exposição ou abandono de recém-nascido.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Bianca Cesário de. *Anonymous birth and its impact on criminal law*. 2018. 147f. Master's Degree – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2018.

The institute of Anonymous Birth is an alternative offered by the State to women who do not wish to be mothers and also do not want to adopt the practice of voluntary abortion. It is the possibility of giving the baby up for adoption without the identity of the mother being revealed, ensuring her anonymity. Some countries already adopt the Anonymous Birth program, such as Austria, Belgium, some states of the United States, France, Italy, Luxembourg and Japan, in Germany the delivery is confidential. The objective of this dissertation is to focus the study on national and foreign legislation, specifically that of France and Germany, that offers Brazilian pregnant women a new option to avoid the practice of provoked abortion, wild abandonment and infanticide. It is concluded that with the eventual implantation of Anonymous Birth, many women in situations of hopelessness will be able to seek specialized assistance that will direct them toward a conscious decision to give up the child or to exercise motherhood, physically and emotionally preserving mother and child.

Keywords: Anonymous birth. Confidential birth. The modern wheel of the rejected. Giving up the child for adoption anonymously. Right to life X Right to know one's ancestry. Abortion, infanticide and newborn exposure or abandonment.

RESUMÉ

OLIVEIRA, Bianca Cesário de. *L'accouchement anonyme et son impact sur le droit pénal*. 2018. 147f. Maîtrise - Faculté de Droit, Université de São Paulo, São Paulo, 2018.

L'Institut de l'Accouchement Anonyme est une alternative offerte par l'État aux femmes qui ne souhaitent pas être mère et qui, également, ne veulent pas adopter la pratique de l'avortement volontaire. C'est la possibilité confier le bébé à l'adoption sans que l'identité de la mère ne soit révélée, préservant ainsi son anonymat. Certains pays ont déjà adopté le programme de l'Accouchement Anonyme, tels que l'Autriche, la Belgique, certains États des États-Unis, la France, l'Italie, le Luxembourg et le Japon. En Allemagne, confier un enfant à l'adoption est confidentiel. L'objectif de cette dissertation est de centraliser l'étude sur les législations nationale et étrangère, notamment celles de la France et de l'Allemagne, qui offre aux femmes enceintes brésiliennes une nouvelle option pour éviter la pratique de l'avortement provoqué, de l'abandon sauvage et de l'infanticide. On conclut qu'avec l'éventuelle implantation de l'Accouchement Anonyme, de nombreuses femmes en situation de désespoir pourront faire appel à une assistance spécialisée qui les orientera vers une décision consciente, aussi bien en confiant l'enfant à l'adoption, qu'en exerçant leur maternité, préservant ainsi physiquement et émotionnellement la mère et l'enfant.

Mots clés : Accouchement anonyme. Accouchement confidentielle. La roue moderne des laissés-pour-compte. Remise de l'enfant à l'adoption de manière anonyme. Droit à la vie X Droit de connaître son ascendance. Avortement, infanticide et exposition ou abandon du nouveau-né.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. A MÃE REAL.....	14
1.1. Evolução histórica acerca do conceito de maternidade.....	14
1.2. A maternidade como parte intrínseca da natureza feminina e a desconstrução do mito do amor materno inato.....	29
2. O SURGIMENTO DA RODA DOS ENJEITADOS E SUA INTRODUÇÃO NO BRASIL	40
3. PARTO ANÔNIMO.....	54
3.1. O sistema <i>Babyklappe</i> e o parto confidencial na Alemanha.....	54
3.2. <i>Accouchement sous X</i> – Parto sob X.....	60
3.2.1. Análise do julgamento do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem no caso Pascale Odièvre.....	68
3.2.2. Aborto na França.....	74
3.3. Posicionamento brasileiro sobre o programa do parto anônimo.....	79
4. O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DIREITOS EM CONFLITO.....	87
4.1. Crimes relacionados ao Estatuto da Criança e do Adolescente – artigos 228 e 229.....	99
4.2. Iniciativas visando coibir aborto, infanticídio e exposição ou abandono de recém-nascido.....	106
4.3. Alterações advindas com a Lei nº 13.509/2017.....	113
4.4. Propostas legislativas.....	118
4.5. A esquizofrenia social.....	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
REFERÊNCIAS.....	130

INTRODUÇÃO

O abandono de crianças é uma questão social que advém desde o Império Romano². A Igreja Católica condenava o abandono equiparando-o ao homicídio, entendendo que o destino dessas crianças não seria diverso da escravidão, prostituição, incesto e morte precoce³, além da patente preocupação das autoridades eclesiásticas com as crianças que morriam pagãs (sem batismo católico), em consequência dos crescentes abandonos que ocorriam por toda a Europa⁴.

Após a retirada de uma enorme quantidade de bebês afogados no Rio Tibre foi inaugurada à primeira Roda, no ano de 1203, fora do hospital do Santo Espírito, em Roma, para que os bebês fossem expostos em qualquer horário, evitando a exposição, o abandono inseguro e a morte, muitas vezes, certa desses bebês⁵.

No Brasil, a primeira Roda do país foi introduzida em 1.726, na Santa Casa de Misericórdia da Bahia, em Salvador⁶ e era popularmente conhecida como Roda dos Enjeitados ou Roda dos Expostos, posteriormente, foram instaladas oficialmente nas cidades do Rio de Janeiro; Recife; São Paulo; Porto Alegre; Rio Grande; Pelotas; Desterro; Campos/RJ; Cuiabá; Vitória; Cachoeira/BA; Olinda; São João Del-Rei; e São Luís⁷. A Roda da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo foi a última a ser desativada e foi responsável por preservar à vida de milhares de crianças, constando 4.696 de bebês expostos registrados⁸.

A Roda dos Enjeitados ou Expostos em sua moderna concepção é um programa em que a mulher poderá entregar seu filho para adoção guardando o anonimato e a confidencialidade de sua identidade, chamado de Parto Anônimo e alguns países estrangeiros já o adotam. A presente dissertação abordará o estudo do Programa, especificamente, na Alemanha e na França com possível implantação no Brasil.

O enfoque desejado na presente dissertação é apresentar uma alternativa para que gestantes que não querem maternar e pretendam manter o anonimato de sua identidade, realizem o acompanhamento pré-natal e entreguem seus filhos de modo seguro e consciente sem quaisquer riscos, físico e psicologicamente, para mãe e filho, evitando

² MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. 2ª edição. São Paulo: Hucitec 2006, p. 25-28.

³ Ibidem, p. 25-28.

⁴ Ibidem, p. 44.

⁵ Ibidem, p. 51-52.

⁶ Ibidem, p. 148.

⁷ Ibidem, p. 161.

⁸ ARRUDA, June Locke. **Museu da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo**. São Paulo: Laserprint Editorial, 2009, p. 24.

crimes de abortamento voluntário, exposição ou abandono de recém-nascido e, de certa feita, infanticídio.

Ocorre que a implantação de referido programa necessita de uma série de análises legislativas para que, outros crimes relacionados ao Estatuto da Criança e do Adolescente não ocorram, sendo importante observar alterações legais que deverão ser realizadas para eventual início de seu exercício.

Desta maneira, segue abaixo a síntese do conteúdo dos capítulos da presente dissertação:

No primeiro capítulo a proposta é introduzir a questão do conceito da maternidade, sua evolução histórica, o início da romantização da figura materna no mundo ocidental com a construção do mito do amor materno intrínseco à figura feminina e a posterior desconstrução mítica do instinto maternal na sociedade contemporânea.

O segundo capítulo tratará do surgimento da Roda dos Enjeitados ou Roda dos Expostos na Europa, o momento social em que ocorreu a explosão de exposição e abandono de bebês de modo inseguro que os levava, quase sempre, à morte e fim trágico e a posterior implantação no Brasil até o momento em que todos os mecanismos para o recebimento anônimo dessas crianças foram extintos na década de 1950.

O terceiro capítulo abordará a entrega anônima de bebês na sua moderna concepção, iniciando o estudo com o sistema *Babyklappe* alemão, que em muito se parece com a antiga Roda, além do programa do parto confidencial alemão, que está em vigor desde 1º de maio de 2014. Também será analisado o sistema do Parto Anônimo francês, popularmente conhecido como *Accouchement sous X* ou parto sob X, inclusive discorrendo sobre um julgamento que foi levado ao Tribunal Europeu dos Direitos do Homem em que uma das crianças que foi entregue ao Estado por sua mãe em referido instituto questionou a permanência do completo anonimato da mãe biológica. Por fim, estudaremos o posicionamento brasileiro sobre o programa, após a apresentação de projetos legislativos que visavam instituí-los no Brasil.

O quarto capítulo analisará o Estatuto da Criança e Adolescente e os direitos que estarão em conflito com eventual inclusão do programa do Parto Anônimo na legislação pátria, inclusive, eventuais crimes que poderão ser cometidos a partir do seu exercício. Abordará as iniciativas que já foram praticadas no país por Tribunais de Justiça de alguns estados que visavam coibir o aborto, infanticídio e a exposição ou abandono de recém-nascido com a desburocratização da entrega de crianças para adoção nas respectivas Varas da Infância e da Juventude.

Outras questões que referido capítulo levantará diz respeito: i) à Lei nº 13.509/2017, que trouxe alterações importantes relacionadas à adoção, incluindo o artigo 19-A, no Estatuto da Criança e do Adolescente, que especifica regras de procedimento quando os pais biológicos manifestarem o desejo de entregar seu filho para adoção; ii) às alterações legislativas para que o programa do Parto Anônimo possa ser eventualmente implantado no país; e iii) a esquizofrenia vivida pela sociedade contemporânea.

A presente dissertação terminará com as considerações finais sobre a pesquisa e o estudo realizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação iniciou com o propósito de estudar um projeto para oferecer às mulheres uma nova opção ao abortamento provocado, aos abandonos selvagens e ao infanticídio, muitas vezes, causados pelo abandono, desesperança. Naquele início não havia qualquer texto legislativo para que a genitora entregasse seu filho à adoção.

Havia, na prática, alguns Tribunais de Justiça que criavam de modo isolado e por iniciativa própria programas para acolhimento e acompanhamento de gestantes que estivessem em uma gravidez indesejada e cogitassem entregar seu filho para adoção, tocados pelo desespero dessas mães, nos abandonos selvagens de bebês em ruas, becos, matagais, terrenos baldios, abortos inseguros, que por vezes levam a mulher à morte e até mesmo o infanticídio.

O programa pioneiro foi implementado no Distrito Federal e Territórios, em 2006, depois desta iniciativa vieram o Programa Mãe Legal no Recife, em 2009; o Provimento CG nº 43/2015, do Tribunal de Justiça de São Paulo, que uniformizava o procedimento a ser seguido pelas Varas da Infância e Juventude do Estado do São Paulo, por ocasião do atendimento às gestantes ou genitoras que manifestassem o desejo na entrega espontânea de seu filho para a adoção, mas que somente em 2017, em São José dos Campos, foi provido um Projeto de Atendimento e de Atenção à Gestante: Entrega Voluntária; o Entrega Legal em Londrina, Paraná, em 2015 e; o Ato Normativo Conjunto nº 10/2016, que padronizou o sistema de entrega nas Varas da Infância e Juventude do Espírito Santo.

No decorrer das pesquisas e da elaboração desta dissertação, a Lei nº 13.509, de 22 de novembro de 2017, trouxe alterações significativas com relação à entrega de uma criança em adoção, inclusive, promovendo a manutenção do sigilo da identificação da mãe, restringindo apenas à criança o direito de conhecer sua ancestralidade, sendo autorizada a busca apenas ao completar a maioridade.

A Lei nº 13.509/2017, apesar de louvável, ainda não é suficiente para atender à demanda de mulheres que recorrem a métodos que colocam em risco tanto as suas vidas como de seus filhos, além de muitas dessas terminarem por cometer crimes relacionados à gravidez e ao recém-nascido, como ato de completo desespero. Necessário um programa mais abrangente, menos burocrático e sigiloso, que tenha um impacto mais significativo na população para, no momento em que a mulher decidir não maternar aquela criança, seja imediatamente encaminhada à equipe responsável pelo programa.

Os artigos 48, 228 e 229, do Estatuto da Criança e do Adolescente, precisam de alteração para que o Programa do Parto Anônimo possa ser implantado. Essa medida é essencial, uma vez que toda a ideia para a preservação da vida, saúde e integridade física de ambos gira em torno do anonimato da gravidez, do parto e das informações armazenadas a respeito dos genitores.

Ao implantar o Instituto do Parto Anônimo, espera-se que muitas mulheres em situação de desesperança, na maioria das vezes sozinhas, possam procurar assistência especializada para as direcionarem para uma decisão consciente, tanto pela entrega como por exercer a maternidade, e decidindo pela entrega, que seja consciente e segura, preservando físico e emocionalmente todos os envolvidos.

REFERÊNCIAS

ABMP. Não ao Parto Anônimo. Sim à Proteção e Garantia dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. Nota Pública – Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude. São Paulo, 2008.

ALBUQUEQUE, Danielle Dantas Lins de. **Parto Anônimo e princípio da afetividade**. 2011. f Dissertação (mestrado em – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de. **Maternidade: um destino inevitável?** Rio de Janeiro: Campus, 1987.

ARGACHOFF, Mauro. **Infanticídio**. 2001. f Dissertação (mestrado em Direito Penal) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo: 2011.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

ARRUDA, June Locke. **Museu da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo**. São Paulo: Laserprint Editorial, 2009.

ASSIS, Machado de. **Pai contra mãe**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2007.

BADINTER, Elisabeth. **Um Amor Conquistado: o mito do amor materno**. 9 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional contemporâneo**. 7 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

_____. **Curso de Direito Constitucional contemporâneo**. 7 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BECHARA, Ana Elisa Liberatore Silva. **Bem Jurídico-Penal**. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

BELLUCCI, Mabel. **Historia de una desobediência: aborto y feminismo**. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2014.

BORSARI, Cristina Mendes Gigliotti. **Aborto provocado: vivência e significado. Um estudo na fenomenologia**. 2012. F. Dissertação (mestrado em Ciências). Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Programa de Obstetrícia e Ginecologia, São Paulo: 2012.

BRASIL JR., Samuel Meira. **Precedentes vinculantes e jurisprudência dominante na solução das controvérsias**. 2010. f Dissertação (mestrado em) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania**. Projeto de Lei nº 2.747/2008. Elaborado pelo Deputado Relator Luiz Couto. Proferido em 16 de abril de 2009. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=8BD96E953C98348165D71FCFBF83AC37.node1?codeor=882740&filename=Avulso+-PL+2747/2008>. Acesso em: 30 set. 2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 2.747, de 11 de fevereiro de 2008**. Apresentado pelo Deputado Eduardo Valverde. Cria mecanismos para coibir o abandono materno e dispõe sobre o instituto do parto anônimo e dá outras providências.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 2.834, de 29 de fevereiro de 2008**. Apresentado pelo deputado Carlos Bezerra. Institui o parto anônimo.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 3.220, de 9 de abril de 2008**. Apresentado pelo deputado Sérgio Barradas Carneiro. Regula o direito ao parto anônimo e dá outras providências.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL. **Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.** Institui o Código Penal Brasileiro.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil Brasileiro.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.** Institui o Código de Processo Civil Brasileiro.

BRASIL. **Magnitude do Aborto no Brasil:** aspectos epidemiológicos e sócio-cultuais. Juízes para a Democracia. Ministério da Saúde, 45, v. 12, 2008.

CAMILLO, Andryelle Vanessa; CARDIN, Vália Silva Galdino. **Do parto anônimo.** Congresso Nacional do Conpedi, 2010. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2010.

CARVALHO, Cleide. Roda da Santa Casa de SP oficializou abandono anônimo de bebês até 1950. **O Globo.** Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/brasil/roda-da-santa-casa-de-sp-oficializou-abandono-anonimo-de-bebes-ate-1950-727538.html>>. Acesso em: 30 set. 2015.

CASTRO, Carolina Oliveira; TINOCO, Dandara; ARAÚJO, Vera. Tabu nas campanhas eleitorais, aborto é feito por 850 mil mulheres a cada ano. **O Globo.** Rio de Janeiro, 19 set. 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/tabu-nas-campanhas-eleitorais-aborto-feito-por-850-mil-mulheres-cada-ano-13981968>>. Acesso em: 29 set. 2015.

CHAMBOULEYRON, Ingrid Cyfer. **A Tensão entre Modernidade e Pós-Modernidade na Crítica à Exclusão no Feminismo.** 2009. f Dissertação (pós-graduação em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, São Paulo: 2009.

CHICARELLI, Ricardo. Londrina registra 11 entregas legais de bebês. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/londrina-registra-11-entregas-legais-de-bebes-1012218.html>>. Acesso em: 2 nov. 2018.

CHODOROW, Nancy. **Psicanálise da Maternidade: Uma crítica a Freud a partir da Mulher**. Caixeiro. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1978.

CNJ. Entrega Legal: alternativa para evitar o abandono de bebês. Disponível em: <<http://cnj.jus.br/noticias/cnj/84615-entrega-legal-alternativa-para-evitar-o-abandono-de-bebes>>. Acesso em: 5 out. 2018.

CNJ. Pai Presente. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/pai-presente>>. Acesso em 5 out. 2018.

CNJ. Programa pai presente já facilitou mais de 42 mil casos de reconhecimento espontâneo de paternidade. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/61965-programa-pai-presente-ja-facilitou-mais-de-42-mil-casos-de-reconhecimento-espontaneo-de-paternidade>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

COLUCCI, Claudia. Abandono de Bebês Reacende Debate sobre Parto Anônimo. 12 Set. 2011. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/noticias/namidia/5133/abandono+de+beb%c3%aas+reacende+debate+sobre+parto+an%c3%b4nimo>>. Acesso em: 6 out. 2015.

_____. No caso de bebê abandonado, sobra crítica e falta sentimento. Uol notícias, São Paulo. 8 out. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/10/1691471-no-caso-de-bebe-abandonado-sobra-critica-e-falta-sentimento.shtml>>. acesso em: 8 out. 2015.

Comunicação Social TJSP. São José do Rio Preto lança programa que incentiva entrega voluntária de bebês. Disponível em: <<http://www.tjsp.jus.br/Noticias/Noticia?codigoNoticia=40159>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

CONVENÇÃO Européia dos Direitos Humanos. 1950. Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/expresion/showarticle.asp?artID=536&IID=4>>. Acesso em: 30 set. 2015.

CONVENÇÃO Europeia dos Direitos Humanos. Caso ODIÈVRE v. FRANÇA. Pedido n. 42326/98, data do julgamento 9.10.2002. Juiz Presidente L. WILDHABER.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em: 30 set. 2015.

DEL PRIORE, Mary. **História das Crianças no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2016.

_____. **História das Mulheres no Brasil**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2018.

DESTATIS. Tabela com os índices de abortamentos provocados, dados traduzidos para a língua portuguesa por global translations.br. Disponível em: <<https://www.destatis.de/DE/Startseite.html>>. Acesso em: 22 set. 2015.

DEUTSCHLAND. Entwurf eines Gesetzes zum Ausbau der Hilfen für Schwangere und zur Regelung der vertraulichen Geburt. Traduzido por GLOBAL TRANSLATIONS.BR. Disponível em: <<http://www.bundestag.de/>>. Acesso em: 21 set. 2015.

DEUTSCHLAND. Gesetz zum Ausbau der Hilfen für Schwangere und zur Regelung der vertraulichen Geburt, de 1º de maio de 2014. Traduzido por global translations.br. Disponível em: <http://www.bgbl.de/xaver/bgbl/start.xav?startbk=Bundesanzeiger_BGBI&jumpTo=bgbl113s3458.pdf>. Acesso em: 22 set. 2015.

DEUTSCHLAND. Straflosigkeit des Schwangerschaftsabbruchs, do Strafgesetzbuch (StGB). Traduzido por global translations.br. Disponível em: <<http://www.gesetze-im-internet.de/stgb/>>. Acesso em: 22 set. 2015.

DIAS, Maria Berenice. Aborto: uma realidade que não se quer ver. **Juízes para a Democracia**, n. 16, v. 5, p. 7, 1999.

_____. Direito Fundamental ao Aborto. **Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal**, n. 11, v. 2, p. 20-21, 2006.

DINIZ, Débora; MEDEIROS, Marcelo. Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna. 17 maio 2010. Disponível em: <<http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2013/09/PNA.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2015.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro: Direito de Família**. 32 ed. São Paulo, Saraiva Educação, 2018

DONZELOT, Jacques. **A Polícia das Famílias**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

DW. Parto confidencial, uma saída para gestações indesejadas. 24 jul. 2017. Disponível em:<<https://www.dw.com/pt-br/parto-confidencial-uma-sa%C3%ADda-para-gesta%C3%A7%C3%B5es-indesejadas/a-39813849>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

DWORKIN, Ronald. **Domínio da vida: aborto, eutanásia e liberdades individuais**. . 2 ed. Silvana Vieira. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

EIGLMEIER, Valéria Gurkewicz. **Portinhola de bebês e parto anônimo: entre o direito ao conhecimento da origem genética e o direito à vida**. 2013. f Monografia (graduação em) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

Entrega Legal: alternativa para evitar o abandono de bebês. Disponível em: <<http://cnj.jus.br/noticias/cnj/84615-entrega-legal-alternativa-para-evitar-o-abandono-de-bebes>>. Acesso em: 5 out. 2018.

EVANS, Stephen. Rodas de bebês rejeitados ressurgem na europa. 26 jun. 2012. Disponível em:<http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/06/120626_roda_europa_cr_escimento_lgb.shtml>. Acesso em: 2 out. 2015.

FERNANDES, Paulo Sérgio Leite. **Aborto e infanticídio: doutrina, legislação, jurisprudência e prática**. 3 ed. Belo Horizonte, MG: Nova Alvorada Edições, 1996.

FERREIRA, Nayara Beatriz Borges. Parto anônimo e os direitos fundamentais. Minas Gerais. Disponível em: <http://www.oabuberaba.org.br/db/artigos/artigo_nayarabeatriz.pdf>. Acesso em: 30 set. 2015.

FRANCE. Code Pénal. Disponível em: <https://www.legifrance.gouv.fr/affichCode.do;jsessionid=1871ACB86848B1A0B8E5F84759F71B13.tplgfr44s_2?idSectionTA=LEGISCTA000006165291&cidTexte=LEGITEXT000006070719&dateTexte=20181123>. Acesso em: 10 nov. 2018.

FRANCE. Le service public de la diffusion du droit. Code de la santé publique. Disponível em: <<https://www.legifrance.gouv.fr/affichCode.do?cidTexte=LEGITEXT000006072665>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

FRANCE. Le service public de la diffusion du droit. Disponível em: <<https://www.legifrance.gouv.fr>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

FRANCE. Le site officiel de l'administration française. Disponível em: <<https://www.service-public.fr>>. Acesso em: 28 out. 2018.

FULLER, Paulo Henrique Aranda. **Estatuto da Criança e do Adolescente comentado**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

FUSTEL DE COULANGES, Numa Denis. **A Cidade Antiga**: estudo sobre o culto, o direito e as instituições da Grécia e de Roma. 3 ed. São Paulo: Edipro, 2001.

GERMANY Debates Ethics of Anonymous Birth. Deutsche welle. Alemanha. 2006. Disponível em: <<http://www.dw.com/en/germany-debates-ethics-of-anonymous-birth/a-2016368>>. Acesso em: 30 set. 2015.

GLOBAL Translations. Índices de abortamentos provocados na Alemanha listados por Estados Federativos de residência das mulheres que interromperam sua gravidez, de 1997 até 2014, elaborados pelo Instituto Federal de Estatística da Alemanha (“Statistisches Bundesamt”). Disponível em: <<https://www.destatis.de/DE/Startseite.html>>. Acesso em: 22 set. 2015.

GOZZO, Débora. Nascimento anônimo: em defesa do direito fundamental à vida. **Revista Mestrado em Direito**, Osasco, ano 6, p. 123-137, 2006.

GRECCO, Rogério. **Curso de Direito Penal: parte especial, volume 3**. 14 ed. Niterói: Impetus, 2017.

GRECO FILHO, Vicente. **Tutela Constitucional das Liberdades**. São Paulo: Saraiva, 1989.

HUNGRIA, Nélson. **Comentários ao Código Penal**. Rio de Janeiro: Revista Forense, 2. ed, v. 5, 1953.

IBDFAM. Lei do parto anônimo evita aborto e protege vida da criança abandonada, diz especialista. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/noticias/6140/Lei+do+parto+anonimo+evita+aborto+e+protege+vida+da+crianca+abandonada>%2Cdiz+especialista>. Acesso em: 15 nov. 2018.

IBDFAM. Parto anônimo – projeto de lei do IBDFAM é protocolado no Congresso. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/noticias/nmidia/2321/Parto+Anonimo++Projeto+de+Lei+do+IBDFAM+e+prorocolado+no+Congresso>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2014/IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2014, p. 42. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91983.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2015/IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2015, Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

INED. Evolution du nombre d'avortements et des indices annuels. Disponível em: <<https://www.ined.fr/fr/tout-savoir-population/chiffres/france/avortements-contraception/avortements/>>. Acesso em: 30 set. 2016.

ISHIDA, Válter Kenji. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: doutrina e jurisprudência. 19 ed. Salvador: JusPODVIM, 2018.

ITSBC. A box for unwanted babies...as bad as it sounds? 26 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.bcurrentmag.com/a-box-for-unwanted-babies-as-bad-as-it-sounds/>>. Acesso em: 2 out. 2015.

JAKOBS, Günther. Existe um aborto lícito de personas. **Revista del Poder Judicial**, n. 60, p. 159-168, 2000.

JESUS, Damásio Evangelista de. Néelson Hungria e o Concurso de Pessoas no Crime de Infanticídio. **Boletim IBCCRIM**, n. 99, v. 8, p. 5, 2001.

LEVY. Laura Affonso Costa. Parto anônimo e a real proteção da criança e do adolescente. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/13106/parto-anonimo-e-a-real-protecao-da-crianca-e-do-adolescente>>. Acesso em: 30 set. 2015.

LIMA NETO, Joaquim Cavalcanti de Oliveira. **Abortamento Criminoso**. São Paulo: 1989.

LITCHFIELD, Michael; KENTISH, Susan. **Bebês para queimar**: a indústria do aborto na Inglaterra. 2 ed. São Paulo: Edições Paulinas, 2. ed., 1977.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. Direito ao estado de filiação e o direito à origem genética: uma distinção necessária. **Revista Brasileira de Direito de Família**, n. 19, ago./set., 2003.

LORENZETTI, Ricardo Luis. **Teoria da decisão judicial: fundamentos do direito**. Tradução Cláudia Lima Marques. 2 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

MACMAHAN, Jeff. **A ética no ato de matar**: problemas às margens da vida. Porto Alegre: Armes, 2011.

MAGGIO, Vicente de Paula Rodrigues. **Infanticídio e a morte culposa do recém-nascido**. Campinas: Millennium Editora, 2004.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Divergência jurisprudencial e súmula vinculante**. 5 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

MARCELLO, Fabiana de Amorim. **Dispositivo da maternidade**: mídia e produção agonística de experiência. 2003. f Dissertação (mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História da escola em São Paulo e no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Instituto Fernand Braudel, 2005.

_____. **História social da criança abandonada**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MARMELSTEIN, George. **Curso de Direitos Fundamentais**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARTINS, António Carvalho. **O aborto e o Problema Criminal**. Coimbra: Coimbra Editora, 1985.

MENA, Fernanda. Bebê é abandonado em sacola em higienópolis, em SP. 5 out. 2015. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2015/10/05/bebe-e-abandonado-em-sacola-em-higienopolis.htm>>. Acesso em: 5 out. 2015.

MENDEL, Toby. **Liberdade de informação**: um estudo de direito comparado. 2 ed. Brasília: UNESCO, 2009.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

MICHAEL, Lothar; MORLOK, Martin. **Direitos Fundamentais**. 8 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2016.

Ministério Público do Estado do Paraná. Comparativo ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente e as alterações definidas pela Lei nº 13.509/2017, de 22 de novembro de 2017. Disponível em:

<http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/legis/eca/comparativo_eca_x_lei_13509_2017_caopcae.pdf>, acesso em 3.11.2018.

MORAES, Alexandre de. **Curso de Direito Constitucional**. 15 ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2004.

MOTTA, Maria Antonieta Pisano. **Mães Abandonadas**: a entrega de um filho em adoção. 3 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

NORONHA, E. Magalhães. **Direito Penal**. São Paulo: Saraiva, 2000, 25ª edição atualizada, vol. 3, p. 283/286.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Estatuto da Criança e do Adolescente comentado**. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

OLIVEIRA, Marcelo Pinto de. **O parto anônimo à luz do constitucionalismo brasileiro**. Curitiba: Juruá, 2011.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Abortamento seguro: orientação técnica e de políticas para sistemas de saúde**. 3 ed. Genebra: OMS, 2013.

ORIUNDI. **Itália segue Exemplo da Alemanha e Ressuscita a “Roda dos Excluídos”**. 2 mar. 2007. Disponível em: <<http://oriundi.net/site/oriundi.php?menu=noticiasdet&id=5905>>. Acesso em: 2 out. 2015.

ORTEGA, Luciano Correa. **O conceito de pessoa moral como critério para análise do aborto provocado**: considerações interdisciplinares. 2011. f Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

PÁDUA, Elza. **Esquizofrenia Social**: ensaio sobre a ética da sobrevivência. Porto Alegre: Zouk, 2006.

Pai Presente. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/pai-presente>>. Acesso em 5 out. 2018.

PARANÁ. Ministério Público do Estado do Paraná. **Comparativo ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente e as alterações definidas pela Lei nº 13.509/2017, de 22 de novembro de 2017**. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/legis/eca/comparativo_eca_x_lei_13509_2017_caopcae.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2018.

PARENTE, Eduardo de Albuquerque. **Jurisprudência: da divergência à uniformização**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2006.

PASCHOAL, Janaína Conceição. **Direito penal: parte geral**. 2 ed. Barueri: Manole, 2015.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha; SALES, Ana Amélia Ribeiro. Parto em Anonimato: uma janela para a vida. **Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões**, v. 9, n. 1, dez.-jan. 2008.

PGE. Pacto de São Jose da Costa Rica. 1969. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/sanjose.htm>>. Acesso em: 30 set. 2015.

PORTO, Rosane de Albuquerque. **Roda dos expostos: deslocamentos do livro ao jornal**. 2011. fTese (doutorado em Literatura) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011.

PRATA, Henrique Moraes. Aspectos jurídicos da portinhola de bebês e do parto anônimo na Alemanha em especial consideração na tradição francesa do Accouchement Sous X e do julgamento do tribunal europeu dos direitos do homem no Caso Odièvre. **Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões nº 3**. Porto Alegre: Magister, abr./maio, 2008.

Programa pai presente já facilitou mais de 42 mil casos de reconhecimento espontâneo de paternidade. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/61965-programa-pai-presente-ja-facilitou-mais-de-42-mil-casos-de-reconhecimento-espontaneo-de-paternidade>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

Projeto Entrega Legal é lançado em Londrina. Disponível em: <https://tjpr.jus.br/destaque/-/asset_publisher/1IKI/content/projeto-entrega-legal-e-lancado-em-londrina/18319?inheritRedirect=false>. Acesso em: 9 nov. 2018.

QUEIROZ, Olívia Pinto de Oliveira Bayas. **O parto anônimo à luz do constitucionalismo brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) Universidade de Fortaleza. Fortaleza, 2010.

REALE JR., Miguel; PASCHOAL, Janaína Conceição. **Direito Penal**: jurisprudência em debate, crimes contra a pessoa. V. 1. Rio de Janeiro: GZ Editora, 2011.

REALE JÚNIOR, Miguel, SALVADOR NETTO, Alamiro Velludo; coordenador Miguel Reale Júnior. **Código Penal Comentado**. São Paulo: Saraiva, 2017.

REVISTA Acolher. A uniformização e extensão dos serviços jurisdicionais de assistência a mulheres que manifestem a intenção de entregar sua criança à adoção. Pernambuco, maio 2013, edição especial.

ROSSATO, Luciano Alves; LÉPORE, Paulo Eduardo e CUNHA, Rogério Sanches. **Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei n. 8.069/90**. 8 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2016, 8ª edição.

ROSSATO, Luciano Alves; LÉPORE, Paulo Eduardo; CUNHA, Rogério Sanches. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº 8.069/90 – comentado artigo por artigo**. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Confissões**. São Paulo: Edipro, 2008.

_____. **Emílio ou da Educação**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. **Les Confessions**. Paris: Librairie Garnier Frères, 1926.

ROXIN, Claus. La Protección de la Vida Humana mediante el Derecho Penal. Iter Criminis: **Revista de Ciencias Penales**, n. 5, p. 21-42, 2003.

SAAD-DINIZ, Eduardo. Projeto de Código Penal em debate: observações sobre o movimento codificador no Brasil e a questão das liberdades pessoais da mulher no aborto. **Boletim IBCCRIM**, n. 263, v. 22, p. 17-18, 2014.

SANTOS, Juarez Cirino dos. Aborto, a política do crime. **Revista de Direito Penal**, n. 25, p. 13-24, 1978.

SARMENTO, Daniel. **Dignidade da Pessoa Humana**: conteúdo, trajetórias e metodologia. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

_____. **Livres e Iguais**: estudos de Direito Constitucional. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006.

SCHMITT, Jaqueline Aparecida M. Zarbato. Histórias sobre aborto e infanticídio no século XX. **Rev. Estud. Fem.**, vol. 12, n. 1, p. 337-339, abr. 2004.

SERVERIN, Evelyne. De L'avortement à L'interruption Volontaire de Grossesse: l'histoire d'une requalification sociale. **Déviance et Société**, n. 1, v. 4, p. 1-17, 1980.

SILVA, José Afonso da. **Comentário Contextual à Constituição**. 3 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2007.

SILVA, Julia. O Direito de decidir. MPD Dialógico: **Revista do Movimento Ministério Público Democrático**, n. 22, v. 5, p. 13-14, 2008.

SILVA, Maria Beatriz de Oliveira. **A Irmandade da Misericórdia de São Paulo e a Assistência aos Expostos**: recolher, salvar e educar (1896-1944). 2010. f Dissertação (mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: 2010.

SILVEIRA, Mylena Rios Camardella da. **Parto Anônimo**: um passeio fascinante e sinuoso nos ladrilhos do constitucionalismo luso-brasileiro. 2016. f Dissertação (mestrado em Ciências Jurídico-Políticas, menção em Direito Constitucional) – Universidade de Coimbra. Coimbra, 2016.

SOARES, Ubaldo. **O Passado Heróico da Casa dos Expostos**. Rio de Janeiro: Fundação Romão de Matos Duarte, 1959.

SORIMA NETO, João. Médico deixado na “roda dos expostos” defende parto anônimo. **O Globo**, Rio de Janeiro. 4 out. 2007. Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/brasil/medico-deixado-na-roda-dos-expostos-defende-parto-anonimo-727570.html>>. Acesso em: 30 set. 2015.

SOUZA, Alberto Rufino R. de. A pílula abortiva e a lei penal. **Fascículos de Ciências Penais**, n. 1, v. 1, p. 23-26, 1988.

TARDUCCI, Mónica (org.). **Maternidades em el sigilo XXI**. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2008.

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. 16 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

TENREIRO, Mário Paulo. Crime de aborto e direito comunitário. **Revista Portuguesa de Ciência Criminal**, n. 3, v. 2, p. 352-396, 1992.

TJES. Recomendação sobre entrega voluntária. Disponível em: <<https://www.sinoreg-es.org.br/index.php?pG=X19leGliZV9ub3RpY2lhcw==&in=Mzc5NA==&filtro=>>>. Acesso em: 15 out. 2018.

TJPR. Projeto Entrega Legal é lançado em Londrina. Disponível em: <https://tjpr.jus.br/destaque/-/asset_publisher/1IKI/content/projeto-entrega-legal-e-lancado-em-londrina/18319?inheritRedirect=false>. Acesso em: 9 nov. 2018.

TJSP. São José do Rio Preto lança programa que incentiva entrega voluntária de bebês. Disponível em: <<http://www.tjsp.jus.br/Noticias/Noticia?codigoNoticia=40159>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

TOFFOLI, José Antonio Dias (org.). **30 Anos da Constituição Brasileira**: democracia, direitos fundamentais e instituições. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

UNHCR. The UN Refugee Agency. Germany/Q1 2018. Disponível em: <http://www.unhcr.org/dach/wpcontent/uploads/sites/27/2018/03/Factsheet_Germany_01_2018.pdf> Acesso em: 1º nov. 2018.

UNICEF. **Crianças com Deficiência**: situação mundial da infância 2013. New York: Unicef, 2013.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias Abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro em Salvador – séculos XVIII e XIX**. Campinas, SP: Papirus, 1999.

VERONESE, Josiane Rose Petry; SILVEIRA, Mayra; CURY, Muni (coord.) **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**: comentários jurídicos e sociais. São Paulo, Malheiros, 2018.

VERSIANI, Tátilla Gomes. **Parto anônimo, direito à identidade genética, dignidade humana e reforma do judiciário**: conjecturas. 2010. f Monografia (graduação de Direito) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2010.

VÍCTOR GHIONE, Ernesto. El llamado “aborto sentimental” y el código penal argentino. **Revista jurídica argentina La Ley**: derecho penal: doctrinas esenciales 1936-2010, p. 803-825, 2010.

VIDAL, Georges. **Cours de Droit Criminel et de Science Pénitentiaire**. Paris: Arthur Rousseau Éditeur, troisième édition, 1906.

VILLENEUVE-GOKAP, Catherine. Les femmes qui accouchent sous le secret en France, 2007/2009. Disponível em: <https://www.caim.info/article_p.php?ID_ARTICLE=POPU_1101_0135>. Acesso em: 21 ago. 2018.

Was ist eine vertrauliche Geburt? Disponível em: <<https://www.geburt-vertraulich.de/vertrauliche-geburt/>>. Acesso em 12 nov. 2018

WIBRANTZ, Carlize; GOBBO, Edenilza. Parto anônimo e a afronta ao conhecimento da origem genética. Disponível em: <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/acsa/article/view/574/pdf_90>. Acesso em: 30 set. 2015.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl et al. **Direito Penal Brasileiro – I**. 4 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.